



Boletim PNAD

Resultados da PNAD 2011 – Trabalho infantil

Outubro de 2012



Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento (Seplan)
José Sergio Gabrielli

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas (Dipeq)
Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes)
Roberto Maximiano Pereira

Coordenação Editorial
Armando Affonso de Castro Neto

Equipe Técnica
Armando Affonso de Castro Neto
Guillermo Javier Pedreira Etkin
Stefanie Eskereski Torres

Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi)
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)
Ana Paula Porto

Editoria-geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão
Laura Dantas

Editoria de Arte e de Estilo
Projeto Gráfico
Editoração
Ludmila Nagamatsu

Ilustração de capa
Stock.xchng/Billy Alexander

RESULTADOS DA PNAD 2011 – TRABALHO INFANTIL

APRESENTAÇÃO

No final de setembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizou os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2001 a 2011, incluindo a reponderação da série 2001 – 2009. A partir desta base de dados, a SEI disponibilizará análises temáticas dos resultados da PNAD no formato de notas técnicas. Trabalho infantil é o primeiro tema contemplado, com um recorte temporal que abrange os últimos cinco anos da pesquisa, o período, portanto, de 2006 a 2011. O conjunto das notas técnicas temáticas irá compor um texto para discussão de avaliação dos resultados da PNAD, a ser divulgado no site da SEI.

TRABALHO INFANTIL NA BAHIA NO PERÍODO 2006 A 2011

A Constituição Federal de 1988 admite o trabalho a partir dos 16 anos, exceto nos casos de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nos quais a idade mínima permitida é a de 18 anos. A Constituição admite, também, o trabalho a partir dos 14 anos, mas somente na condição de aprendiz. A partir da PNAD, não é possível aferir com precisão se a população de 14 a 17 anos ocupada está em condições divergentes das previstas por lei. Para o grupo de 5 a 13 anos, qualquer forma de trabalho é classificada como inadequada.

O questionário da PNAD avalia o grupo de 5 a 9 anos num bloco especial sobre trabalho infantil, pois somente a partir dos 10 anos o entrevistado responde às questões mais amplas referentes a mercado de trabalho. Esta é a idade a partir da qual a pessoa já pode ser classificada como economicamente ativa se trabalhou ou buscou trabalho na semana de referência da pesquisa.

Apesar de o estado da Bahia apresentar um quantitativo elevado de crianças em situação de trabalho, entre 2006 e 2011, o trabalho infantil declina de forma acentuada no estado, o que significa que as políticas de combate ao trabalho infantil estão revelando-se eficazes. Outros efeitos que contribuem para a redução do trabalho infantil, inclusive nas faixas etárias mais altas, podem ser elencados: 1) os ganhos reais de rendimento das populações mais pobres ajudam a retardar a entrada de jovens no mercado de trabalho; 2) a diminuição da razão de dependência de jovens diminui a necessidade nas famílias de realização de trabalho por adolescentes. Segundo a PNAD, em 2011, na Bahia, 363.609 pessoas entre 5 e 17 anos exerceram algum trabalho na semana de referência da pesquisa. Isso representa uma redução de 130.885 pessoas, neste recorte de idade, em condição de trabalho em relação a 2006. Considerando-se aquelas entre 5 e 15 anos, foram retiradas do trabalho infantil 97.824 crianças. A tabela abaixo sintetiza o resultado:

A população baiana de 5 a 9 anos, segundo a PNAD, era de 1.257.743 em 2011. Destes, 9.934 trabalharam na semana de referência da pesquisa (0,8%). Entre 2006 e 2011 houve

Tabela 1
Trabalho infantil por faixa etária – Bahia – 2006/2011

Faixa etária	População total		População em situação de trabalho		População em situação de trabalho (%)					
	2006	2011	2006	2011	Total		Urbano		Rural	
					2006	2011	2006	2011	2006	2011
5 a 9 anos	1.339.199	1.257.743	31.338	9.934	2,3	0,8	0,8	0,2	5,1	2,1
10 a 13 anos	1.108.219	1.060.236	125.248	84.311	11,3	8	5,8	4,1	21	15,6
14 a 15 anos	552.917	544.974	131.433	96.490	23,8	17,7	15,7	11,5	36,8	31,5
16 a 17 anos	557.500	567.322	206.475	172.874	37	30,5	28	24,4	51,7	45,3
5 a 17 anos	3.557.835	3.430.275	494.494	363.609	13,9	10,7	8,8	7,3	22,7	18

Fonte: IBGE—PNAD 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

uma queda na proporção de crianças de 5 a 9 anos trabalhando no estado, da ordem de 66%, e, para a faixa dos 10 aos 13, uma redução de 30%, com a proporção de ocupação dessa faixa etária passando de 11,3% em 2006 para 8% em 2011. Isso significa uma redução de 21.404 crianças de 5 a 9 anos, e de 40.937 crianças de 10 a 13 anos em trabalho precoce. Portanto, considerando-se a população de 5 a 13 anos, a redução foi de 62.341 crianças em trabalho infantil.

Para a faixa etária que compreende os 14 e 15 anos, verifica-se uma redução de 26% na proporção de crianças em situação de trabalho, sendo 96.490 ocupadas, o equivalente a 17,7% da população dessa faixa etária, não sendo possível determinar qual a proporção destas que são menores aprendizes. Em termos absolutos, são 34.943 adolescentes de 14 e 15 anos a menos em situação de trabalho em 2011 em relação a 2006. Considerando-se a população de 16 e 17 anos, observa-se um contingente de 172.874 ocupados em 2011, o equivalente a 30,5% da população dessa faixa etária. Em relação a 2006 a redução foi de 33.601 ocupados.

Nas zonas urbanas do estado, a erradicação do trabalho para crianças de 5 a 9 anos está próximo, restando ainda, em 2011, 0,2% de crianças desta faixa etária em situação de trabalho. A redução se dá inclusive na zona rural, onde o trabalho infantil é mais presente, com o indicador declinando de 5,1% para 2,1% entre 2006 e 2011 para o grupo de 5 a 9 anos, e de 21% para 15,6% na faixa dos 10 aos 13 anos de idade. Para estas faixas, qualquer forma de trabalho é considerada inadequada. Para o grupo de 14 e 15 anos pode haver menores aprendizes ou estagiários, assim como o grupo de 16 e 17 anos de idade, sendo que neste grupo já é possível ter carteira assinada. Portanto, para os jovens de 14 a 17 anos foram realizadas desagregações por posição na ocupação.

Tabela 2
Distribuição dos jovens de 14 e 15 anos ocupados, por posição na ocupação – Bahia – 2006/2011

Posição na ocupação	Total		Urbano		Rural	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Emprego sem carteira assinada	27,3	26,7	39,4	48,8	8,9	15,3
Não remunerado	43,4	32,8	26,6	16,8	45,6	58,7
Trabalhador na produção próprio consumo	13,2	22,8	3,9	3,9	38,0	21,2
Conta própria	6,3	8,9	12,1	15,2	3,8	1,2
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	7,9	8,6	15,4	14,5	3,8	3,0
Trabalhador na construção próprio uso	0,3	0,3	0,4	0,7	0,0	0,0
Empregador	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6

Fonte: IBGE. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Em 2011, a maior parte dos jovens ocupados, entre 14 e 15 anos, estava inserida no mercado de trabalho como *não remunerada* (32,8%). Porém, esta é a categoria que mais perde participação entre 2006 e 2011, ampliando, por sua vez, a participação dos *trabalhadores na produção para o próprio consumo*. Cabe ressaltar que os *empregados*

sem carteira assinada correspondiam a 26,7% dos jovens de 14 e 15 anos. Neste grupo, parte encontra-se sob formas de trabalho legal, ou seja, como estagiário de nível médio ou como menor aprendiz. Contudo, as diferenças entre as características de trabalho nas zonas rural e urbana são bastante acentuadas: entre os jovens ocupados de 14 e 15 anos no meio rural, observa-se que a maior parte era *não remunerada*, proporção que caiu de 58,7% em 2006 para 45,6% em 2011. Da mesma forma, os trabalhadores *sem carteira de trabalho assinada* declinam de 15,3% para 8,9% no período. Os ocupados na *produção para o próprio consumo* aumentaram a participação de 21,2% para 38%. Diferentemente do meio rural, os trabalhadores de 14 e 15 anos do meio urbano estavam, em 2011, em sua maioria, *empregados sem carteira de trabalho assinada*. Entre 2006 e 2011 houve um aumento na participação desta forma de ocupados, passando de 39,4% para 48,8% do total de ocupados na faixa etária, enquanto os *não remunerados* tiveram uma queda de aproximadamente 10 pontos percentuais no período, de 26,6% para 16,8%. Já a categoria *trabalhadores domésticos*, na zona urbana do estado, perde participação entre 2006 e 2011, caindo de 15,4% para 14,5%.

Entre os 567 mil jovens baianos de 16 e 17 anos, 30,5% estavam trabalhando em 2011, aproximadamente 173 mil pessoas. Em 2006, este número estava próximo a 200 mil e representava 37,0% da população nesta faixa etária. Neste grupo de idade houve uma inversão da localização da maior parte dos trabalhos nos cinco anos de análise. Em 2006, a maior parte estava localizada no meio rural, 53,4%. Já em 2011, a maioria estava localizada no meio urbano, 56,5%. Ressalte-se que a Constituição admite o trabalho a partir dos 16 anos, desde que não seja trabalho noturno, perigoso ou insalubre, cuja idade mínima seja a de 18 anos.

A maioria dos jovens de 16 e 17 anos está inserida no mercado de trabalho como *empregados sem carteira de trabalho assinada* (40,4%), categoria que pode abarcar estagiários e menores aprendizes. Os *empregados com carteira assinada*, nesta faixa etária, apresentaram um crescimento significativo entre 2006 e 2011, tendo a participação crescido de 4% para 8,7%.

Tabela 3
Distribuição dos jovens de 16 e 17 anos ocupados, por posição na ocupação – Bahia – 2006/2011

Posição na ocupação	Total		Urbano		Rural	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Emprego sem carteira assinada	36,5	40,4	48,9	54,3	22,4	23,1
Não remunerado	29,4	20,6	14,3	8,8	36,1	48,0
Trabalhador na produção próprio consumo	9,5	14,1	2,0	3,5	28,0	18,4
Conta própria	10,8	10,1	13,5	12,9	6,3	6,0
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	10,3	9,8	16,6	11,9	7,2	3,6
Empregado com carteira de trabalho assinada	2,8	4,9	4,0	8,7	0,0	0,4
Trabalhador doméstico com carteira assinada	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Trabalhador na construção próprio uso	0,4	0,0	0,5	0,0	0,0	0,4

Fonte: IBGE. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Dentre os trabalhadores de 16 e 17 anos do meio rural, 48% não era remunerado em 2006, ao passo que em 2011 esse percentual passou para 36%. No mesmo sentido, os *trabalhadores sem carteira assinada* caíram de 23,1% em 2006 para 22,5% em 2011. Houve aumento na porção de *trabalhadores domésticos sem carteira assinada*, que passou de 3,3% para 7,2% no período. Já a participação de ocupados de 16 e 17 anos na *produção para o próprio consumo* aumentou de 18,4% para 28% nos cinco anos de análise.

Entre os jovens trabalhadores de 16 e 17 anos da zona urbana baiana, os *empregados sem carteira assinada* tiveram um salto de 48,9% para 54,3% entre 2006 e 2011. Os empregados *não remunerados* caíram de 14,3% para 8,8%, enquanto os *trabalhadores*

domésticos sem carteira de trabalho, de 16 e 17 anos, da zona urbana diminuíram a participação de 16,6% para 11,9% no período. Os trabalhadores *com carteira de trabalho assinada*, de 16 e 17 anos, na zona urbana mais do que dobraram a participação de 2006 para 2011. Portanto, além de ter o trabalho nesta faixa etária reduzido, a qualidade das ocupações apresentou considerável melhora entre 2006 e 2011.

Os números apresentados revelam que, apesar de ainda possuir um elevado contingente de crianças em trabalho infantil, a Bahia, entre 2006 e 2011, apresentou uma robusta redução da ocupação na infância. Isto é reflexo de mudanças demográficas, elevações de rendimento e, principalmente, de políticas públicas efetivas. Os reflexos da mudança constatada recaem sobre o mercado de trabalho e também sobre os índices de escolarização. Portanto, esta análise não pode estar dissociada dos outros temas a serem abordados nas próximas notas técnicas sobre os resultados da PNAD.

